



**“Vizinhar” e descolonizar a comunicação na(s)
Amazônia(s):
Entrevista de Joelma Vianados Santos com Guilherme
Gitahy de Figueiredo**

**“Neighboring” and decolonizing communication in the Amazon(s):
Joelma Viana dos Santos interview with Guilherme Gitahy de
Figueiredo**

**“Vecinar” y descolonizar la comunicación en la(s) Amazonia(s):
Entrevista de Joelma Viana dos Santos con Guilherme Gitahy de
Figueiredo**

Guilherme Gitahy de Figueiredo¹
Joelma Viana dos Santos²

RESUMO

Uma das características do colonialismo é que promove a comunicação vertical e restringe a horizontal. Por isso, projetos de autonomia na Amazônia podem se beneficiar da pesquisa sobre as experiências de comunicação indígena, quilombola, popular, comunitária, etc., e a respeito dos processos de formação de redes de comunicação dialógicas. Esse é o objetivo do projeto de pesquisa “Tecendo redes interculturais na(s) Amazônia(s)” que, em 2019, se beneficiou de uma pesquisa de campo no Amapá, Pará, Maranhão e Amazônia peruana. Esta entrevista aborda as primeiras reflexões do coordenador do projeto depois do campo, com destaque para os desafios e oportunidades que se apresentam na tecedura da horizontalidade na comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Dialogicidade. Interculturalidade. Descolonização. Autonomia. Comunicação indígena. Comunicação popular.

ABSTRACT

One of the characteristics of colonialism is that it promotes vertical communication and restricts the horizontal. For this reason, autonomy projects in the Amazon can benefit from research on indigenous, quilombola, popular and community communication experiences, and on the processes of forming dialogical communication networks. This is the objective of the research project “Weaving intercultural networks in the Amazon(s)”, which in 2019 benefited from field research in Amapá, Pará, Maranhão and the Peruvian Amazon. This interview addresses the first reflections of the project coordinator after the field, highlighting the challenges and opportunities that arise in the weave of horizontality in communication.

Submetido em: 12/12/2020 - **Aceito em:** 15/12/2020 - **Publicado em:** 25/01/2021

¹ Guilherme Gitahy de Figueiredo é professor do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas e doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ. E-mail: gfigueiredo@uea.edu.br

² Joelma Viana dos Santos é coordenadora da Rede de Notícias da Amazônia e mestre em Educação pela Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: joelmaviana@gmail.com



KEYWORDS: Dialogicity. Interculturality. Decolonization. Autonomy. Indigenous communication. Popular communication.

RESUMEN

Una de las características del colonialismo es que promueve la comunicación vertical y restringe la horizontal. Por ello, los proyectos de autonomía en la Amazonía pueden beneficiarse de la investigación sobre experiencias de comunicación indígenas, quilombolas, populares, comunitarias, etc., y sobre los procesos de formación de redes de comunicación dialógica. Este es el objetivo del proyecto de investigación “Tejiendo redes interculturales en la (s) Amazonia (s)”, que en 2019 se benefició de la investigación de campo en Amapá, Pará, Maranhão y la Amazonía peruana. Esta entrevista aborda las primeras reflexiones del coordinador del proyecto después del campo, destacando los desafíos y oportunidades que surgen en el tejido de la horizontalidad en la comunicación.

PALABRAS CLAVE: Dialogicidad. Interculturalidad. Descolonización. Autonomía. Comunicación indígena. Comunicación popular.

No segundo semestre de 2019 o professor Guilherme Gitahy de Figueiredo, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), realizou pesquisa de campo no Pará, Amapá, Maranhão e Peru, conhecendo experiências de comunicação indígena, quilombola, popular, comunitária e processos de formação de redes. Em 2020 iria para outras regiões da Amazônia mas, com a pandemia, teve que adiar. O objetivo é reconhecer a diversidade de saberes que estão sendo produzidos na construção dessas experiências, e produzir conhecimento científico em diálogo com as comunicadoras e comunicadores.

No Médio Solimões, o termo “vizinhar” é usado para se referir à troca de favores e conversas entre vizinhos de uma comunidade. Nesta entrevista, Guilherme usa o termo como metáfora para se referir à tecedura da comunicação horizontal que está sendo realizada por comunicadoras/es. Uma dessas comunicadoras é Joelma Viana dos Santos, da Rede de Notícias da Amazônia (RNA), e que foi a responsável por formular as perguntas da entrevista. De entrevistada na pesquisa, passou a entrevistadora na revista, reforçando a dialogicidade na produção científica.

Como parte das atividades do lançamento deste dossiê, e dialogando com a entrevista, aconteceu também a mesa virtual “Tecendo redes interculturais nas Amazônia(s): vizinhar e descolonizar”, que pode ser acessada pelo canal Educação em Debate no Youtube (<https://youtu.be/fY3fW62zJ34>). A mesa contou com as apresentações de Joelma Viana dos Santos (RNA), Otto Cruz (FACADE), Ângelo Tupinambá (Idade Mídia), Guilherme Gitahy, e as perguntas de Juliane Correa (UFMG), Leonardo Zenha (UFPA) e Doriedson Almeida (UFOPA). Os apresentadores foram convidados entre os entrevistados da pesquisa.



O projeto “Tecendo redes interculturais na(s) Amazônia(s)” integra a linha de pesquisa “Capital imaterial: produção e circulação de saberes” do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UEA. Entre 2019 e 2020, foi possível realizar a pesquisa de campo através do estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação Estudos Antrópicos da Amazônia na Universidade Federal do Pará, com bolsa CAPES vinculada ao projeto “Indicadores Antrópicos” do PROCAD Amazônia.

J. V. S. - O que o levou a pesquisar as experiências de descolonização da mídia na Amazônia?

G. G. F. - Quando iniciei a militância política em 1989, aos 16 anos de idade, o projeto político com o qual me identificava era o avanço da participação popular em todas as esferas da sociedade. Então me animava com experiências diversas como a formação de comunidades alternativas, criação de grêmios estudantis participativos, e até mesmo o avanço eleitoral de um partido que se propunha organizado de baixo para cima e instrumento dos movimentos populares. Em 1994, quando houve o levante zapatista no México, não chamou minha atenção porque a grande imprensa paulista se ateve a reproduzir estereótipos. Foi em 1995 que um artigo de Igor Fuser³, na revista *Teoria e Debate*, abriu meus olhos para os avanços das formas participativas de organização na experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Em 1996, com 23 anos e já tendo acesso à internet, achei um mar de informações digitais sobre o assunto e mergulhei na pesquisa para um trabalho⁴ e depois à iniciação científica⁵ no curso de Ciências Sociais da Unicamp.

Foram 10 anos de pesquisa, com um campo de três meses entre 1998 e 1999 em Chiapas e outro no final de 1999 no Encontro Americano Pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo em Belém (PA)⁶, que foram parte do mestrado em Ciência Política na Unicamp (Figueiredo,

³ FUSER, Igor. Guerrilheiros do século XXI. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, ano 8, n-28, mar abr mai de 1995.

⁴ Era para a disciplina Pensamento Social da América Latina, ministrada por Octavio Ianni, e na qual já se discutia boa parte dos temas atualmente agrupados no debate sobre “pós-colonialismo”.

⁵ Com a orientação de Décio Saes, que ministrava aulas sobre Teoria das Elites e Teoria do Estado, além de ter me ensinado uma das vertentes antiautoritárias do marxismo.

⁶ Os encontros americanos e mundiais com este nome foram iniciativas do EZLN e seus aliados para tecer redes de comunicação e solidariedade em defesa das lutas locais e para aglutinar forças contra o neoliberalismo, o que animou o movimento global anticapitalista e ajudou a abrir o caminho para os governos progressistas que vieram logo em seguida na América Latina. Neste encontro em Belém, pude assistir pela primeira vez uma mesa com importantes lideranças do movimento indígena brasileiro, que começaram a ser vistos com outros olhos após o aparecimento do EZLN.



2006). O zapatismo plantou três sementes que moldaram a minha trajetória posterior: 1) na formulação de estratégias de radicalização da democracia a ideia de “comunicação”, relativa às formas de se tecer a vida coletiva, é mais fecunda que a “participação”, centrada no indivíduo; 2) a “democracia”, em sentido amplo, não foi inventada na Grécia e nem na Europa, e os povos indígenas têm saberes e práticas milenares e diversas a ensinar sobre ela; 3) a “liberdade” não precisa ser ruptura, como na tradição iluminista, mas recriar o mundo a partir da memória, como no caso dos indígenas maias zapatistas. Embora eu tenha crescido em Campinas, tenho família paterna no Pará. Então foi natural sentir a necessidade de fazer o “caminho de volta”: passei a morar em Tefé (AM) em 2004 e, desde então, venho trabalhando com a descolonização da mídia como comunicador, educador popular e cientista.

J. V. S. - Seu trabalho está sendo desenvolvido em vários estados da Amazônia Brasileira e em alguns países latino americanos. O que as experiências que você conheceu têm em comum?

G. G. F. - O que encontramos em uma pesquisa de campo depende muito daquilo que estamos procurando, e também do que as pessoas querem nos mostrar. Então a única forma de responder a essa pergunta é recapitulando a trajetória do projeto. Desde 2004 moro em Tefé (AM) e, a partir de 2006, compartilhei com muita gente uma longa e rica experiência com a rádio livre chamada Xibé e o coletivo do Centro de Mídia Independente de Tefé que geria a rádio. Entre 2010 e 2015, fiz uma tese de doutorado em antropologia da mídia e antropologia do colonialismo sobre essa experiência através do Museu Nacional da UFRJ (Figueiredo, 2015). Nosso coletivo esteve conectado a várias redes que nos uniam sobretudo ao Sudeste, e que foram analisadas em um dos capítulos da tese. Somente em 2015 comecei a participar da Rede Pororoca⁷, que me permitiu viver mais intensamente a comunicação com outros povos da Amazônia. Inicialmente conheci experiências de comunicação indígena do Equador e Peru e, a partir de 2017, da Colômbia, e grupos de outros estados da Amazônia brasileira que eu ainda não tinha contato e que incluíam quilombolas.

⁷ A rede Pororoca surgiu em 2015 a partir do projeto La Nave Va, envolvendo inicialmente as ONGs Radialistas Apasionadas y Apasionados do Equador, Instituto de defesa Legal (IDL) do Peru, e Associação Mundial de Rádios Comunitárias do Brasil (AMARC-Brasil). Jovens comunicadoras e comunicadores, em sua maioria indígenas, se reuniram em Quito no Equador e viajaram juntos por terra e nos rios até Tefé (AM) no Brasil, passando pelo Peru. No caminho puderam participar de oficinas, conhecer experiências diversas de comunicação e produzir reportagens sobre as ameaças sociais e ambientais aos seus povos.



Em 2019 surgiu a oportunidade de fazer pós-doutorado na UFPA, e então concebi o projeto de realizar pesquisa de campo em várias regiões da Amazônia, dentro e fora do Brasil, buscando aprender com comunicadoras/es a respeito de suas experiências diversas de comunicação indígena, quilombola, livre, popular, comunitária, etc., e sobre a tecedura de redes. O ponto de partida foram os contatos que já tinha através da militância e, em menor grau, me vali das conexões na academia. Depois fui pedindo aos principais interlocutores e interlocutoras para indicarem outras pessoas que achassem interessantes no trabalho com comunicação. Essa técnica de amostragem é conhecida como “bola de neve”, e o critério para as indicações solicitadas era bem aberto, pois queria me surpreender.

Deu certo. Por todas as regiões onde passei no Amapá, Pará, Maranhão e Peru encontrei experiências ricas, diversas, inovadoras, maduras, e com muito conhecimento acumulado. Um panorama que as comunicadoras e comunicadores, quando se apegam às suas estratégias particulares, normalmente não percebem. Além disso, notei uma presença forte das mulheres. Alguém poderia dizer que encontrei comunicadoras porque estava interessado na voz das mulheres e é verdade, mas eu também tinha esse interesse no doutorado e, mesmo assim, as vozes masculinas dominaram a tese. Quando o protagonismo das mulheres é maior, o interesse de falar nas pesquisas também aumenta. O resultado foi a participação equilibrada de 12 homens e 12 mulheres na produção de entrevistas. Além disso, fiquei impressionado com a contribuição da Igreja católica para a comunicação indígena, quilombola, popular e comunitária na Amazônia. Seja de modo direto, através de organizações ligadas à Igreja, ou indiretamente, pela formação inicial de protagonistas que depois seguiram atuando de modo independente, seu legado é expressivo. Existe uma Igreja pós-colonial que precisa ser melhor estudada⁸.

J. V. S. - Nesta mesma perspectiva, o que se apresenta de distinto que pode ser replicado em outros espaços da Amazônia?

G. G. F. - Muitas coisas. Se nos prendermos a clichês como “horizontalidade”, “dar voz”, “apropriação”, “ser da comunidade”, “democratização da comunicação” e assim por diante, pode parecer que em toda parte se faz mais ou menos a mesma coisa. De fato, essas expressões podem ser encontradas em todas as regiões, e isso pode passar a falsa impressão de que são experiências pouco criativas, de raso alcance e com resultados limitados. Versões pioradas de algum modelo imaginado pelo observador. Mas o sentido que comunicadoras/es

⁸ SANTOS, Patrícia Teixeira e FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Diálogos entre África e Amazônia: as experiências missionárias da “Tutela” e da “Promoção Humana” e seus desdobramentos na formação de vozes públicas em sociedades pós-coloniais. In: SOUZA, Antônio; JUSTAMAND, Michel; CRUZ, Tharcísio. Fazendo Antropologia no Alto Solimões 26. Manaus e São Paulo: Edua e Alexa Cultural, 2020.



dão a essas palavras pode variar bastante e, muitas vezes, os conceitos mais importantes para se compreender os conhecimentos que estão sendo produzidos nessas experiências estão fora dos clichês. Por isso, essa pesquisa prioriza a gravação de histórias de vida e relatos de experiência detalhados, de modo a aprender com o conhecimento acumulado por essas trajetórias através das narrativas orais.

Quando pergunto às comunicadoras e comunicadores se já tinham contado a outras pessoas uma parte dos relatos feitos ao projeto, narram situações diversas como o encontro de amigos, namoros, entrevistas ou reuniões, de modo que podemos inferir que a produção de narrativas é parte importante na construção das práticas e das relações sociais. Além disso, como afirmou Juliane Correa na mesa virtual que fizemos com o tema desta entrevista e com a participação de alguns dos narradores⁹, os relatos têm o “eu” e o “nós” como fio condutor. Se, como ela diz, isso significa que outros atores ficam em uma posição coadjuvante, por outro lado também nos ajuda a entender a importância das histórias de vida e relatos de experiência na construção de identidades e na emergência de sujeitos coletivos.

A forma como as narrativas são tecidas depende também da situação, dos interlocutores e do que o sujeito está fazendo, construindo ou mobilizando ao contar suas histórias. Na situação de pesquisa, os narradores fazem bricolagens com os relatos já produzidos em outras situações, e também inventam elementos novos, de modo que podemos dizer que o trabalho científico contribui para intensificar o repertório de histórias que orienta novas ações e relações sociais. O rumo que o relato toma depende muito de como a comunicadora ou comunicador vê o pesquisador e seu projeto, e dos tipos de relações que pretende tecer. Eu também me apresento como comunicador do Médio Solimões e, quando há interesse, compartilho minhas próprias narrativas como comunicador.

Os relatos articulam os conhecimentos, valores e estratégias com práticas, relações sociais e a autoconstrução dos sujeitos, de modo que trazem elementos decisivos para a reflexão sobre as perspectivas diversas do que está sendo “democratizar a comunicação” em cada experiência. Além disso, muitas vezes a “comunicação” é mencionada nas narrativas como coadjuvante, pois os sujeitos priorizam outros projetos como a afirmação étnica, a emancipação feminina, educação ambiental, expressão artística, religiosidade popular, cura mental, etc.. Então o que esta pesquisa pode fazer não é tanto sistematizar modelos para serem replicados, até porque o que torna esses saberes significativos são as situações em que foram produzidos. Eles são

⁹ Mesa virtual “Tecendo redes interculturais nas Amazônia(s): vizinhar e descolonizar” (<https://youtu.be/fY3fW62zJ34>), realizada em 19/11/20 como parte da produção deste dossiê. Em 7 e 8/10/20 aconteceram outras duas mesas com narradoras do projeto, que tiveram o mesmo nome e variaram os subtítulos: “o protagonismo das mulheres” (<https://www.youtube.com/watch?v=sT1Oe0VMP3E&t=950s>) e “a contribuição da arte” (https://www.youtube.com/watch?v=_ayGX5U6HOM&t=1088s). Foram realizadas através do evento Pré-Transfronteiras, organizado por estudantes do PPGICH-UEA.



respostas criativas a necessidades e desafios particulares, que surgem quando os sujeitos decidem se engajar na história coletiva. A proposta da pesquisa é encontrar caminhos para a aprendizagem mútua.

Por outro lado, por mais diversas que sejam as experiências, todas remetem a problemas comuns que dizem respeito à situação histórica do colonialismo neoliberal contemporâneo, atravessada por racismo, patriarcado, exploração, violência, etc.. Partilham também valores comuns, expressos naqueles clichês já mencionados e em outros. O problema é que as situações, valores e discursos comuns muitas vezes são tomados de tal modo que os sujeitos, ao olharem para experiências de comunicação em outras regiões da Amazônia, vêm apenas repetições menos significativas do que valorizam em si próprios. Ou então, rotulam essas experiências com imagens invertidas de seus valores, negando afinidades e iniciando conflitos alimentados pela demonização do outro.

A tendência dos sujeitos projetarem nos outros suas utopias e distopias pode ser pensada com a metáfora do “espelho”: ele seduz, pois o sujeito se reconhece nele mas, ao mesmo, tempo dificulta o conhecimento mais elaborado e detalhado, assim como a percepção das afinidades que podem ser articuladas com as diferenças. Como transformar esses “espelhos” em “janelas”, através das quais comunicadoras/es consigam se surpreender, valorizar e aprender com as narrativas diversas? Na minha tese de doutorado, uma das conclusões foi que o espelho é sedutor, e que essa atração em algumas ocasiões é forte o suficiente para levar os sujeitos a se encontrar presencialmente e realizar ações conjuntas, o que propicia experiências ricas em afeto e a intensificação da aprendizagem mútua. Sem encontros face a face e a colaboração em ações, a tendência é que a comunicação à distância torne-se improdutivo e que os estereótipos prevaleçam (Figueiredo, 2015).

Podemos encontrar outra pista em Freire (2005), quando afirma que a “incompletude” é condição humana. O sujeito, ao aceitar a incompletude própria, abre-se também para a dos seus semelhantes, dando início à compreensão dos desafios comuns e à “dialogicidade”, que é a “práxis dialógica” ou reflexão e ação coletivas. Trazendo essa ideia para a tecedura de redes, podemos dizer que a dialogicidade pode estar tanto na interação face a face das assembleias, reuniões comunitárias, mutirões e outras ações coletivas, como nas redes tecidas à distância com a utilização de dispositivos tecnológicos. No entanto, como dito acima, a dialogicidade à distância dificilmente frutifica sem que tenha momentos em que se alimenta de encontros presenciais e da colaboração em ações.

Por fim, transformar espelhos em janelas é parte importante do processo de descolonização pois, na relação colonial, a comunicação priorizada é a vertical que se dá entre colônia e metrópole, enquanto os colonizados são forçados a desaprender a comunicação horizontal significativa com os seus vizinhos. No Médio Solimões, usa-se o termo “vizinhar” para a



reciprocidade cotidiana entre moradores de uma comunidade ribeirinha que envolve trocas de favores, coisas e conversas. Podemos usar essa expressão como metáfora para a tecedura de redes de ação e reflexão coletivas à distância. A forma como a pesquisa tem sido conduzida é um vizinhar com comunicadoras/es de outras Amazônia, ajudando a intensificar as redes pelas quais estão vizinhando há muito tempo.

J. V. S. - Sua pesquisa está apontando para uma presença importante das mulheres na comunicação popular que não encontramos tanto nas empresas que tentam monopolizar a mídia. O que significa isso?

G. G. F. - Já faz alguns anos que o mundo está vivendo uma nova maré feminista, e fica claro que ela já chegou à comunicação popular amazônida quando vemos o forte protagonismo das mulheres nas experiências que visitei em diversas regiões. É cedo para apresentar resultados da análise mais cuidadosa das narrativas a respeito disso e de outros assuntos, mas a primeira impressão é que as comunicadoras estão se dedicando mais a facilitar processos coletivos e a tecer redes, enquanto os homens estão priorizando a produção de conteúdos e a expressão da sua voz individual e coletiva.

A mesa virtual que fizemos com parte das narradoras e narradores da pesquisa (ver a nota 10) trouxe elementos ricos a respeito disso: Joelma dos Santos, de Santarém, afirmou que o papel da mulher na gestão de meios de comunicação é importante, pois o tipo de educação que elas recebem favorece o acolhimento, enquanto homens tendem a ser mais competitivos. Ela é gestora da Rede de Notícias da Amazônia, que produz e difunde notícias entre 20 rádios católicas e comunitárias da Amazônia, e que conta também com uma maioria feminina de jornalistas (11 em 19). Por outro lado, na mídia comercial a presença das mulheres ainda é limitada. Sobre isso, Joelma afirma que elas costumam ser contratadas para a “linha de frente”, mas a gestão segue monopolizada por homens. Os narradores da mesa comemoraram a presença feminina em seus movimentos: Ângelo Madson, de Belém, e Otto Ramos, de Macapá, destacaram que o protagonismo das mulheres está mais forte que o dos homens em seus coletivos e redes.

J. V. S. - Sua pesquisa tem como tema central “tecendo redes”. Você considera que é possível fazer essa tecedura nas diversas Amazônia, considerando as distâncias geográficas e a ausência de recursos tecnológicos? Como tecer redes?



G. G. F. - A lógica da comunicação no colonialismo é a intensificação da verticalidade e a fragmentação da horizontalidade. As principais estratégias de dominação neste campo se dão no controle do desenvolvimento tecnológico e das infraestruturas, e é por isso que experiências de valor inestimável para a educação, a cultura e a informação, como são as rádios e TVs livres e comunitárias, são sistematicamente criminalizadas e reprimidas. Mas este *front* envolve também a precarização da ciência e do desenvolvimento de tecnologias próprias, a falta de apoio a projetos para desenvolver configurações técnicas úteis à comunicação autônoma e horizontal, a adoção pelo Estado de padrões tecnológicos que permitem a formação de novos monopólios corporativos, etc.. Não se trata, portanto, apenas de se buscar leis mais democráticas para os usuários das tecnologias. Estes são temas de enorme relevância, e há pesquisadoras/es muito bons trabalhando neles dentro e fora da academia.

Esta pesquisa tem dialogado mais com os conhecimentos a respeito dos usos que são feitos das tecnologias e infraestruturas atualmente disponíveis, pois esta é a trajetória predominante entre colaboradoras/es ouvidos até agora. Um exemplo é o Copiô Parente, *podcast* que difunde reportagens produzidas por indígenas e não indígenas em redes sociais e plataformas de música, e que é gerido pelo Instituto Socioambiental. Embora em muitos lugares não exista *internet*, o ouvinte pode baixar um *podcast* no celular quando vai à cidade e depois levar para a sua comunidade, ao passo que é possível usar o celular para gravar uma reportagem e depois enviar a uma rádio, jornal ou *podcast* ao se conectar novamente. Saberes assim estão sendo produzidos em toda parte e com muita criatividade, e eles são tão importantes para a descolonização quanto aqueles que dependem de métodos científicos profissionais.

A importância dos “conhecimentos tradicionais” ficou bastante evidente na pandemia de Covid 19. As principais instituições científicas do mundo produziram conhecimentos em uma velocidade impressionante, com divulgação quase instantânea através das maiores empresas de jornalismo do mundo. Porém, tanto o saber produzido quanto a informação difundida privilegiou a realidade dos moradores de classe média das grandes metrópoles, inclusive as da Amazônia. Nos bairros de periferia e comunidades rurais aconteceu um intenso trabalho de apropriação dos conhecimentos científicos, bricolagem com os saberes tradicionais e, a partir daí, a invenção de táticas de prevenção próprias, com ou sem a ajuda de organizações governamentais e não governamentais. As redes horizontais de comunicação, pensadas como processos de dialogicidade à distância, são dinamizadas justamente em processos como estes, em que a solidariedade se torna necessária para se enfrentar desafios comuns.

J. V. S. - A Amazônia ainda é apresentada pela grande mídia como um celeiro de riquezas a serem exploradas, um vazio social, onde os povos são “primitivos”, cercado de



uma floresta exuberante e imensos rios. Como as mídias pesquisadas trabalham para “desmascarar” esse discurso colonizador?

G. G. F. - Você descreveu bem as imagens produzidas nas relações coloniais e que justificam que grandes corporações capitalistas, mineradoras e o agronegócio venham nos “civilizar”, explorar, etc., com o apoio das oligarquias regionais. Naturalmente, para se combater esses estereótipos precisamos fortalecer a comunicação autônoma e horizontal, mas também a nossa cultura, ciência, educação, arte, e essa lista é imensa. No entanto, apenas serem “nossas” não garante a descolonização, pois também ajudamos a reproduzir essas imagens, enquanto muito do que é “de fora” pode contribuir na emancipação. Já dissemos acima que os sujeitos podem ver uns aos outros como repetições mais pobres do que valorizam em si mesmos, ou então projetar imagens negativas de si. As nossas rotulações frequentemente se inspiram e reforçam o repertório de estereótipos produzidos por relações coloniais, patriarcais e de depredação do meio ambiente. Como afirma Said (2007), mesmo quando a rotulação é romantizada (o “bom selvagem”, por exemplo), não deixa de fortalecer os estereótipos.

Isso também acontece na construção das identidades. Nos orgulhamos de ser amazônidas mas, quando pensamos em Amazônia, imaginamos apenas a nossa região. Com exceção da metrópole mais próxima que pode ser Manaus, Belém, ou outra capital, não nos interessamos por outras Amazônias. Depois da capital já saltamos para São Paulo, Rio e, finalmente, as velhas metrópoles ocidentais. Precisamos de um nome enorme – Amazônia – para nos orgulhar da nossa região, e ainda assim nos envergonhamos. Afinal, o desinteresse por regiões vizinhas reflete o pouco apreço que temos pela nossa. Ficamos indignados com o estereótipo da natureza primal e do vazio demográfico mas, ao invés de nos orgulharmos dos serviços ambientais ou de biotecnologia que podemos oferecer, não nos importamos que as florestas sejam queimadas e os rios contaminados.

Por outro lado, todos os dias mais jovens estão se descobrindo “indígenas”, mergulhando na negritude amazônica, ou até mesmo se orgulhando do “ser índio”. Indígena é o termo que tem sido mais aceito para aqueles que reconhecem e têm reconhecidas as suas etnias. “Índio” é um rótulo dado por europeus a todos os povos do mundo que colonizaram, de modo semelhante ao que aconteceu com o “negro”. Esse tipo de estigmatização toma algumas informações particulares e as transforma em estereótipo que suprime os detalhes, contextos e diferenças, ao mesmo tempo em que encarna a projeção invertida de valores ocidentais. Se o Ocidente valoriza a civilização, razão, cultura ou democracia, o outro é primitivo, irracional, parte da natureza ou autoritário (Said, 2007). No Brasil, Pacheco de Oliveira (2016) mostra que a imagem dominante do “índio” serviu, desde o século XIX, para situá-lo num passado distante e legitimar o brasileiro como descendente e herdeiro de suas terras. Lamentavelmente, essas rotulações ainda têm sido usadas como critérios para julgar quais identidades étnicas seriam



“autênticas”, o que tem privado muitos indígenas dos seus direitos e legitimado invasões às suas terras.

Para além da emergência étnica há também, na atualidade, um processo de apropriação e valorização do “ser índio” e da negritude amazônicas no trabalho dos artistas que dão vitalidade às manifestações culturais e religiosas regionais, memorialistas e poetas que criam mitos de origem indígenas para suas cidades, ou nas pesquisas que demonstram e reconhecem as matrizes indígena e negra das Amazônias. Até que ponto esses sujeitos estão reproduzindo estereótipos colonialistas, ou reinventando eles em processos de descolonização? A participação dos sujeitos em transformações históricas é tão criativa quanto ambígua. Segundo Memmi (2007), o colonizado que assume o rótulo dado pelo colonizador como parte da sua identidade, invertendo o seu valor de negativo a positivo, dá um passo para a sua emancipação. Porém, ainda reproduz o estereótipo. Somente ao superá-lo, é que torna-se um ser humano como os demais.

Uma última dimensão que vale mencionar aqui sobre a tecitura da comunicação intercultural é a costura de identidades comuns para além dos estereótipos do colonialismo: ao se reinventar, as identidades podem se tornar mais amplas, plurais, polifônicas e, sem rejeitar o jogo de sedução com o mundo exterior, facilitar o vizinhança dos saberes e lutas formando um círculo virtuoso, já que as identidades produzem e são produzidas no vizinhança. Assim como Kaplún (1998) chama de “comunicação aberta” aquela que começa na escuta e se torna dialógica, podemos chamar de “identidade aberta” a que se forma na tecitura da “união na diversidade”, quando emergem sujeitos coletivos na construção comum da história.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A guerra é o espetáculo**: origens e transformações da estratégia do Exército Zapatista de Libertação Nacional. São Carlos: Rima/FAPESP, 2006 [O orientador da dissertação foi Tom Dwyer].

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **Inventando autonomias no Médio Solimões**: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes. 2015. 432 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015 [orientação de João Pacheco de Oliveira].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 200

FUSER, Igor. Guerrilheiros do século XXI. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, ano 8, n-28, mar abr mai de 1995.



KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar, e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: contra Capa, 2016.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Patrícia Teixeira e FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Diálogos entre África e Amazônia: as experiências missionárias da “Tutela” e da “Promoção Humana” e seus desdobramentos na formação de vozes públicas em sociedades pós-coloniais. In: SOUZA, Antônio; JUSTAMAND, Michel; CRUZ, Tharcísio. **Fazendo Antropologia no Alto Solimões 26**. Manaus e São Paulo: Edua e Alexa Cultural, 2020.

Agradecimentos

Agradecemos a Leonardo Zenha e Fábio Márcio Alkmin pela leitura e comentários antes da publicação, a Juliane Correa, Doriedson Almeida, Leonardo Zenha, Ângelo Madson, Joelma dos Santos e Otto Cruz por suas perguntas e comentários no webinar, bem como a todos os sujeitos da pesquisa que estão reinventando a comunicação, tecendo redes e colaborando na produção de conhecimentos para a autonomia.



Revista Docência e Ciberultura



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.